Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e um

Estiveram presentes à reunião: Dr. Adail de Almeida Rollo, representante do Hospital Mário Gatti; Sr. Aldimir Hervella, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sul; Sr. Claudinei dos Santos, representante dos conselhos de classe; Sr. Edson Eugênio, representante dos trabalhadores de saúde dos serviços privados; Sr. José Araújo da Silva Filho, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Augusto Limoli, representante das associações de aposentados; José Vitor Charaba, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Norte; Sr. Marcos Silveira, representante das entidades patronais; Sra. Maria da Graça S. Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde e Presidente do Conselho; Dra. Maria do Carmo Carpintéro, representante da Secretaria Municipal de Saúde; Sra. Maria Ivonilde Vitorino de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Matilde Alves Pontes, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Dr. Paulo Eduardo M.R. da Silva, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Dr. Orestes Mazzariol Jr., representante dos prestadores de serviços não filantrópicos; Dr. Roberto Teixeira Mendes, representante da UNICAMP; Sra. Rosângela M.G. Martinhago, representante do Movimento Sindical; Sr. Antonio Barbosa dos Santos, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Sra. Cristina R. Silva, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Dr. Fernando Antonio B. Carvalho, representante suplente dos hospitais filantrópicos; Dr. Pedro Paulo de Medeiros, representante suplente dos trabalhadores do serviço público municipal; Sr. Renato Souza Santos, representante suplente das associações de aposentados; Dr. Silvio Augusto Ciquini, representante suplente da PUCCAMP; Sra. Silvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; funcionários da Secretaria de Saúde. Justificaram ausência: Dr. Carlos Alberto Politano, representante dos hospitais filantrópicos; Sra. Denilza Ap. da Silva, representante do Movimento Sindical; Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUCCAMP; Dr. Gastão Wagner de S. Campos, Secretário Municipal de Saúde; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Dra. Lenir dos Santos, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Sra. Maria do Carmo Mendes, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Sra. Maria do Carmo Mendes, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Dra. Silvia Helena R. Mateus, representante das entidades de classe. Faltaram: Sr. Jacó dos Santos Bastos, representante do Movimento Sindical; Sra. Jenice Pizão, representante do Movimento Sindical; Sr. João Olímpio S. Ferreira, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Sr. João Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José David Santomauro, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dr. Luiz Maria Pinto, representante da PUCCAMP; Sra. Maria dos Santos Ferreira, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Sra. Regina M.C. de Lara Campos, representante da Diretoria Regional de Saúde; Dr. Roberto Mardem S. Farias, representante dos serviços de saúde municipais; Welton José Araújo, representante do Movimento Sindical.

A pauta da reunião constou dos seguintes itens: 1) Aprovação da ata da reunião de 24.10.01; 2) Correspondência Recebida: 3) Esclarecimentos sobre a aprovação de convênios e sobre o convênio com a Pastoral da Criança; 4) Convênio com a Irmandade de Misericórdia de Campinas e seus Termos Aditivos; 5) Convênio com a Fundação Síndrome de Down; 6) Termos Aditivos ao Convênio com a Fundação Albert Sabin; 7) Termo Aditivo ao convênio com a Maternidade de Campinas.

Sra. Maria da Graça iniciou a reunião colocando em votação a ata da reunião de 24.10.01, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, solicitou a Sra. Silvia que fizesse a leitura da correspondência recebida. Sra. Silvia comunicou o recebimento de solicitação de afastamento por três meses da Srta. Verônica de Lima Ribeiro, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Norte, passando o Sr. José Vitor Charaba a ocupar o lugar de titular daquele segmento durante esse período. Comunicou também o recebimento de convite aos conselheiros para participarem do Seminário: "O perfil do médico residente a ser formado no Hospital Mário Gatti em função das necessidades do SUS Campinas e elaboração de proposta para avaliação dos programas em desenvolvimento", cuja abertura seria no dia 07.12 às 19 horas, dando prosseguimento aos trabalhos nos dias 08 e 09.12, das 8:30 às 18:00 horas, no Anfiteatro do Hospital. A seguir, Dra. Maria do Carmo esclareceu que, com relação ao Convênio com a Pastoral da Criança, por uma série de motivos, nenhum dos profissionais que tinha participado da elaboração da proposta pode comparecer à reunião e nem tampouco havia sido feito convite aos representantes daquela entidade para que comparecessem, o que gerou uma dificuldade de esclarecimento que acabou fazendo com que fosse aprovado um convênio com uma série de adendos e propostas que podem não ser possíveis de ser implementadas. Colocou que a Secretaria Executiva fez essa discussão e que a Secretaria de Saúde assumia o compromisso de que todos os convênios, principalmente os novos, além de serem encaminhados aos conselheiros com antecedência, deveriam ser bastante discutidos na Executiva e só seriam levados para votação após terem sido esgotadas todas as dúvidas. Feitas essas considerações solicitou ao Conselho que, se possível na reunião de dezembro, a Secretaria trouxesse um detalhamento sobre todos os questionamentos e dúvidas que apareceram na discussão sobre o Convênio com a Pastoral e de como se daria o desenvolvimento do trabalho. Antes de passar para a pauta propriamente dita, Dra. Maria do Carmo pediu desculpas por não terem sido encaminhadas com antecedência as propostas que seriam apresentadas, uma vez que o processo de negociação havia terminado naquele dia. O documento com o resumo das propostas dos convênios foi entregue aos conselheiros presentes e encontra-se arquivado na Secretaria Executiva à disposição dos interessados. Terminado esse ponto, passou-se à apresentação do Convênio com a Irmandade de Misericórdia de Campinas e seus Termos Aditivos. Dr. Marcos, gerente do convênio, apresentou os dados de evolução do convênio nos dois últimos anos, tais como: taxa de ocupação, média de permanência, principais patologias, média de idade dos pacientes, procedência de encaminhamentos. Sra. Sheila passou a apresentar a situação atual e a proposta para os Termos Aditivos. O primeiro deles era referente à internação e previa a contratação de 12 leitos clínicos e 16 cirúrgicos, mais três de UTI para retaguarda. É um convênio misto, cujo teto mensal seria de R$ 108.160,39, dos quais R$ 33.482,35 seriam fixos e R$ 69.125,04 por produção. Esclareceu que o valor fixo destinava-se ao pagamento da gerência do convênio e da equipe de enfermagem e que o aumento do valor referente ao pagamento por produção era devido à redução dos leitos clínicos e ampliação do número de cirurgias, ou seja, seriam contratadas 48 AIH clínicas e 200 AIH cirúrgicas. O Termo Aditivo de Cirurgia Ambulatorial previa redução para 2 leitos, que atenderiam 44 cirurgias; 680 consultas médicas; 120 audiometrias mensais, sendo 60 tonais e 60 vocais, mais 30 videolaringoscopias mensais, com um teto mensal de R$ 7.353,40, com pagamento por produção. Respondendo ao questionamento feito pelo Dr. Teixeira sobre a razão da diminuição do número de cirurgias ambulatoriais, Sra. Sheila esclareceu que foi devido à redução dos leitos e que o convênio estaria sendo analisado ao longo do ano, levando-se sempre em conta as necessidades da população. Esclareceu também que no Termo Aditivo de Cirurgia foi feita a otimização de recursos que não estavam sendo utilizados e estavam contratados no TA de Oftalmologia. O TA de Oftalmologia previa 32 cirurgias de catarata mais 47 procedimentos cirúrgicos mensais, 2000 consultas médicas, 50 ultra-sonografias, 1000 tonometrias mais procedimentos diagnósticos, com um teto mensal de R$ 35.000,00, cujo pagamento seria feito por produção. O TA de Marca-Passo era o mesmo do anterior, ou seja, tinha como objeto troca de gerador/estímulo, implante de marca-passo cardíaco/epicárdio e cardíaco-intracavitário, órtese e prótese, devendo atender 10 pacientes por mês. Seu pagamento também seria por produção, mas, devido à publicação em setembro de Portaria do Ministério da Saúde que aumenta consideravelmente o valor das órteses e próteses, teve seu valor aumentado, estando previsto um teto de R$ 52.000,00 mensais. Sra. Sheila esclareceu aos conselheiros que o valor referente a esse aumento da tabela não foi incorporado ao teto dos municípios, mas que foi desencadeado processo de negociação objetivando a ampliação dos tetos municipais. O último Termo Aditivo era referente à Medicina Nuclear, prevendo a realização de exames "in vitro" e "in vivo", tais como cintilografias, hormônios, não realizados pelo Laboratório Municipal, com um teto mensal de R$ 33.366,68, cujo pagamento também seria por produção, pelo valor da tabela SUS. Colocou que a proposta seria de renovar todos os Termos Aditivos por um ano e o convênio mãe por dois anos. Com o intuito de facilitar a compreensão de todos acerca do que estava sendo proposto, Dra. Maria do Carmo solicitou à Dra. Sheila que reapresentasse resumidamente quais alterações propostas nos diversos Termos Aditivos. Com relação ao TA referente a Marca-Passo, Dra. Sheila lembrou que a única alteração era com relação ao valor, devido ao aumento da tabela SUS. O TA de Oftalmologia teve seu valor reduzido, pois não vinha sendo utilizado totalmente, devendo a diferença ser utilizada na ampliação dos leitos cirúrgicos, aumentando as internações em cirurgia com AIH. Sr. Edson Eugênio solicitou esclarecimento sobre a necessidade de ampliação da equipe de enfermagem, uma vez que estava sendo ampliado o número de cirurgias. Dra. Sheila esclareceu que não seria necessário, já que o paciente cirúrgico demanda menos cuidados de enfermagem do que o paciente clínico e o número total de leitos era o mesmo. Sra. Rosângela perguntou qual o mecanismo de controle para os encaminhamentos, se seriam feitos pela rede ou por uma central de vagas, e qual a porcentagem do hospital destinada aos pacientes do SUS. Dra. Maria do Carmo esclareceu que só existe conveniada uma enfermaria e que os pacientes eram encaminhados pela rede, conforme apresentado pelo Dr. Marcos no início. Não havendo nenhuma dúvida entre os conselheiros, Dra. Maria do Carmo colocou o convênio e seus termos aditivos em votação, tendo sido os mesmos aprovados por unanimidade. O segundo convênio a ser discutido era com a Fundação Síndrome de Down, tendo sido solicitado as Sras. Carmem e Taís que apresentassem o trabalho desenvolvido pela instituição. A instituição foi fundada em 1985 por um grupo de pais e hoje atende aproximadamente 100 pessoas portadoras da Síndrome de Down e de outros distúrbios neurológicos, sendo considerada uma das 50 melhores instituições do Brasil atuando nessa área. A Fundação possui 3 setores: núcleo terapêutico especializado, setor escolar e núcleo de pesquisa e vivência vocacional. O núcleo terapêutico atende crianças desde 30-40 dias até 17-18 anos, desenvolvendo trabalhos nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, pedagogia clínica e psicologia. O setor escolar, que conta com o apoio da FUMEC, atua com alguns alunos que não se encaixaram na rede regular de ensino. O núcleo de pesquisa e vivência vocacional funciona através de módulos, visando à preparação dos adolescentes para o trabalho. Dra. Sheila apresentou aos conselheiros a proposta da Secretaria, que era, nesse momento, a ampliação de 10 vagas, passando então para 84 pacientes por mês, sendo realizados aproximadamente 2188 procedimentos, com um teto mensal de R$ 32.707,78, cujo pagamento se daria por produção. Em resposta ao esclarecimento solicitado pela Sra. Matilde, foi informado que em média cada criança custa para a Fundação R$ 378,00 mensais. Sr. Limoli perguntou se haveria um tempo estimado para recuperação, tendo sido informado que seria variável conforme o caso. Sr. Marcos questionou a razão de estarem sendo aumentadas somente 10 vagas, ao que Dra. Sheila respondeu ser um problema de disponibilidade financeira da Secretaria no momento. Não havendo mais nenhuma solicitação de esclarecimento, a proposta de renovação do convênio foi colocada em votação e foi aprovada por unanimidade. O próximo convênio a ser discutido era com a Fundação Albert Sabin. Dra. Sheila lembrou aos conselheiros que o convênio mãe era datado de 1996 e que em 1998 teve início um convênio global, na parte de internações clínicas, juntamente com o município de Hortolândia. Esse convênio foi reajustado no final do ano dois mil, quando Hortolândia decidiu denunciá-lo. Dra. Rosângela, gerente do convênio, passou a apresentar os dados de avaliação do convênio no período de janeiro a outubro deste ano, quais sejam: taxa de ocupação, número de pacientes por leito, média de permanência, patologias mais freqüentes, procedência dos encaminhamentos. Colocou que a diminuição do número de cirurgias se devia ao aumento de consultas clínicas, principalmente na área de urologia. Dra. Sheila passou a apresentar as propostas de Termos Aditivos. Com relação ao TA de internação, esclareceu que a única alteração era a inclusão de 2 leitos de UTI, que serviriam de retaguarda do sistema. Assim o TA previa a contratação de 20 leitos clínicos, 5 cirúrgicos e 5 de UTI, sendo 3 para retaguarda desses leitos e 2 para a retaguarda do sistema, possibilitando 85 internações em clínica médica, 45 em clínica cirúrgica. Esse TA seria misto, com um teto mensal de R$ 80.991,95, sendo R$ 62.582,10 fixos e R$ 18.409,85 por produção. No TA ambulatorial, até julho, estavam incluídos os cirurgiões da Policlínica que, a partir de então, foram absorvidos pelo Hospital Mário Gatti. Dra. Sheila esclareceu que, na nova proposta, o TA se destinava basicamente à realização de cirurgias urológicas, em especial às vasectomias, cujo pagamento seria feito por produção, por uma tabela diferenciada, com um teto mensal de R$ 6.747,00. Antes de passar para os demais Termos Aditivos, Dr. Pedro Paulo solicitou que fosse refeita a explicação sobre as causas que levaram à diminuição do número de cirurgias. Dr. Orestes esclareceu que, além do fato dos cirurgiões da Policlínica terem sido absorvidos pelo Mário Gatti, a rede vinha encaminhando mais patologias clínicas do que cirúrgicas. Outro TA era referente à oftalmologia, para o qual não havia proposta de alteração, ou seja, era um convênio por produção, que previa 166 procedimentos cirúrgicos mais 70 cataratas, 3.856 consultas médicas, 1156 tonometrias mais procedimentos diagnósticos, com um teto mensal de R$ 74.671,80. Com relação ao TA de hemodiálise, informou que o pagamento seria por produção, prevendo o atendimento de 72 pacientes, 13 máquinas em 3 turnos e 5 CAPD, com um teto mensal de R$ 102.607,30. O TA de exames previa a realização de 100 tomografias e 50 biópsias de próstata por mês pelo valor da tabela SUS e 150 endoscopias mensais por um valor diferenciado, ou seja, R$ 36,00 cada uma, totalizando um teto mensal de R$ 19.110,50. Antes da proposta de renovação dos Termos Aditivos ser colocada em votação, foi solicitada, pela Sra. Cristina, a verificação do quorum da reunião. Constatada a falta de quorum naquele momento, Dr. Pedro Paulo solicitou a palavra para colocar uma questão de ordem, que era demonstrar sua preocupação com o resultado das votações havidas durante a reunião. Sra. Silvia esclareceu que os conselheiros poderiam ficar tranqüilos, pois toda as votações tinham sido feitas com o quorum regimental; declarou ainda manter-se atenta a essa questão devido à seriedade dos assuntos tratados no Conselho. Dr. Teixeira propôs, como encaminhamento, que a reunião prosseguisse, mesmo sem quorum, e que fosse feita a contagem de quem teria aprovado ou rejeitado as propostas em discussão, sendo encaminhada aos

conselheiros na próxima reunião qual a apreciação feita pelos presentes naquele momento. Dra. Maria do Carmo colocou que a posição da mesa era de acatar a proposta, colocando-a imediatamente em votação. Os conselheiros presentes aprovaram a proposta de encaminhamento com abstenção do Dr. Orestes. Em seguida, Dra. Maria do Carmo colocou em votação os termos aditivos ao convênio com a Fundação Albert Sabin, tendo sido aprovados por 14 dos conselheiros presentes, com abstenção do Dr. Orestes. Antes de apresentar o Termo Aditivo ao convênio com a Maternidade de Campinas que previa a contratação de exames anátomo-patológicos, Dra. Sheila esclareceu que a Secretaria de Saúde, através de processo de licitação, dispunha de um contrato para realização desses exames, contrato esse que terminou em 31.08 e que previa 350 exames por mês, pelo valor de R$ 25,00 cada, ou seja, acima da tabela SUS. Com o término do contrato, a Secretaria negociou com a Maternidade de Campinas um TA para realização de 863 exames por mês, pelo valor de R$ 9,26 cada, com pagamento por produção, com um teto mensal de R$ 8.000,00. Esclareceu que foi apresentado esse TA para a Secretaria Executiva, que considerou a urgência da situação e solicitou que o mesmo fosse encaminhado posteriormente ao Conselho. Esclareceu ainda que, para evitar a desassistência, o TA havia sido assinado em agosto. Colocado em votação, foi aprovado por 14 conselheiros com abstenção do Dr. Pedro Paulo. Terminada a pauta propriamente dita, passou-se à seção de informes. Dr. Teixeira informou aos presentes que, apesar de ter acontecido uma série de votações, a Conferência Estadual de Saúde, realizada no fim de semana anterior, não acabou, devendo os trabalhos ser retomados no dia 09.12. Dr. Adail convidou os conselheiros a participarem de seminário de avaliação do hospital a ser realizado com o Conselho Local de Saúde no dia 05.12, bem como para participarem de festa de confraternização no dia 15.12. Dra. Maria do Carmo informou que a Secretaria havia recebido, na semana anterior, uma auditoria do Ministério da Saúde sobre o Projeto Dengue, que acabou tendo uma avaliação bastante positiva por parte dos auditores. Informou ainda que, no dia 26, a Secretaria havia recebido também auditoria da Secretaria de Estado da Saúde para avaliar a gestão plena, tendo sido realizada inclusive uma conversa com a Secretaria Executiva do Conselho, cujo resultado também foi bastante positivo. Nada mais a ser tratado, encerro a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

retorna a relação de atas do CMS

Página atualizada em Janeiro / 2002